

Os Impactos da Política de Cotas Raciais na Pós-Graduação Lato Sensu sob a ótica dos beneficiários: análise na esfera estadual do Rio de Janeiro

Dayane Silva dos Santos
(Universidade Federal Fluminense / santosdayane@id.iff.br)

PALAVRAS-CHAVE: política de cotas; ações afirmativas; pós-graduação lato sensu.

1. Contextualização

As políticas de ações afirmativas têm ocupado posição central no debate público brasileiro nas últimas décadas. Tais políticas foram desenvolvidas com o objetivo de enfrentar desigualdades historicamente estruturadas na sociedade brasileira. Entre as diferentes estratégias adotadas destaca-se o sistema de cotas raciais no ensino superior, concebido como instrumento de promoção da igualdade material e de ampliação do acesso de grupos historicamente excluídos dos espaços acadêmicos.

A formação social brasileira foi profundamente marcada pela escravidão, processo que resultou em desigualdades estruturais persistentes após a abolição formal do regime escravocrata. A ausência de políticas públicas voltadas à inclusão social da população negra contribuiu para a reprodução de desigualdades ao longo do tempo, refletidas em diversos indicadores sociais, como acesso à educação, renda e oportunidades profissionais.

Nesse contexto, o debate sobre ações afirmativas ganhou força no Brasil a partir dos anos 2000, impulsionado por mobilizações sociais, discussões acadêmicas e experiências institucionais pioneiras. Entre essas experiências, destaca-se a iniciativa da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que se tornou referência nacional na implementação de políticas de reserva de vagas no ensino superior público.

Posteriormente, essas iniciativas foram incorporadas à legislação estadual do Rio de Janeiro, estabelecendo diretrizes para a adoção de políticas de cotas nas universidades públicas estaduais. Entre os principais marcos normativos nesse processo estão as Leis Estaduais nº 6.914/2014 e nº 6.959/2015, que regulamentam o sistema de reserva de vagas em cursos de pós-graduação nas instituições públicas de ensino superior do estado.

Embora o debate acadêmico sobre ações afirmativas tenha se expandido significativamente, grande parte das pesquisas concentra-se na análise dos impactos dessas políticas na graduação. A etapa da pós-graduação, especialmente na modalidade lato sensu, ainda permanece pouco explorada.

A pós-graduação lato sensu ocupa posição estratégica no sistema educacional brasileiro, pois constitui importante etapa de especialização profissional e de aprofundamento de conhecimentos em áreas específicas. Além disso, diversos estudos indicam que a obtenção de títulos de pós-graduação está associada à ampliação das oportunidades profissionais e ao aumento da renda média dos trabalhadores.

Nesse sentido, torna-se relevante investigar de que maneira as políticas de ações afirmativas têm impactado a vida dos estudantes beneficiários na pós-graduação lato sensu.

Compreender a percepção de egressos que ingressaram nesses cursos por meio da política de cotas pode contribuir para ampliar o conhecimento sobre os efeitos concretos dessas políticas na formação acadêmica e nas trajetórias profissionais dos participantes após a conclusão dos cursos.

Diante desse contexto, a presente pesquisa busca analisar os impactos da política de cotas raciais na pós-graduação lato sensu da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, a partir da perspectiva de egressos beneficiários dessa política pública.

2. Objetivos

O objetivo geral da pesquisa é analisar junto aos egressos da política de cotas raciais na Universidade do Estado do Rio de Janeiro os impactos da formação acadêmica através da pós-graduação Lato Sensu. Como objetivos específicos, a pesquisa busca:

- verificar possíveis impactos econômico-financeiros decorrentes da formação obtida na pós-graduação;
- identificar oportunidades acadêmicas geradas após a conclusão do curso;
- compreender desafios enfrentados pelos estudantes cotistas durante o processo formativo;
- analisar em que medida os egressos associam sua inserção ou progressão profissional à formação obtida na pós-graduação;
- examinar percepções subjetivas dos egressos sobre os efeitos da política de cotas em suas trajetórias pessoais e profissionais.

3. Referencial Teórico

A fundamentação teórica da pesquisa apoia-se em estudos que discutem desigualdades raciais, racismo estrutural e políticas de ações afirmativas no Brasil. Entre os autores que orientam a análise destacam-se Silvio Almeida, Florestan Fernandes e Oracy Nogueira.

Esses autores contribuem para compreender como o racismo se estrutura historicamente nas relações sociais brasileiras, produzindo desigualdades persistentes em diferentes esferas da vida social, incluindo o acesso à educação e ao mercado de trabalho. A literatura sobre ações afirmativas aponta que tais políticas têm como objetivo corrigir desigualdades historicamente acumuladas e promover maior equidade social.

4. Metodologia

A pesquisa adota abordagem qualiquantitativa, combinando procedimentos quantitativos e qualitativos para análise do fenômeno investigado. A utilização dessas duas abordagens permite articular dados objetivos sobre o perfil dos participantes com informações subjetivas relacionadas às experiências e percepções dos egressos.

A dimensão quantitativa será desenvolvida por meio da aplicação de questionário semiestruturado, destinado à coleta de dados sobre características socioeconômicas dos

participantes, idade, situação de emprego e área de atuação profissional. Esses dados permitirão traçar um panorama geral do perfil dos egressos e identificar possíveis relações entre a formação obtida na pós-graduação e suas trajetórias profissionais.

A dimensão qualitativa será realizada a partir de questões abertas presentes no questionário e da realização de entrevistas semiestruturadas, com o objetivo de compreender as percepções dos participantes acerca dos impactos da política de cotas em suas trajetórias pessoais e profissionais. As entrevistas permitirão aprofundar aspectos relacionados às experiências vivenciadas durante a pós-graduação, bem como identificar desafios e oportunidades percebidos pelos egressos.

Quanto à natureza, trata-se de uma pesquisa aplicada, de caráter exploratório e descritivo, desenvolvida a partir de três procedimentos principais: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e coleta de dados empíricos.

A pesquisa bibliográfica envolve a análise de livros, artigos científicos, teses e dissertações que abordam temas relacionados às desigualdades raciais, às ações afirmativas e às políticas de cotas no ensino superior. A pesquisa documental contempla a análise de legislações e documentos institucionais relacionados à política de cotas, com destaque para as Leis Estaduais nº 6.914/2014 e nº 6.959/2015.

O campo empírico da pesquisa compreende cursos de pós-graduação lato sensu da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Os participantes da pesquisa serão egressos cotistas que concluíram os cursos entre os anos de 2020 e 2024.

A análise dos dados será realizada por meio de triangulação metodológica, articulando informações provenientes dos questionários e das entrevistas. Essa estratégia permite ampliar a compreensão do fenômeno investigado e conferir maior consistência analítica aos resultados obtidos.

A participação dos respondentes será voluntária e anônima mediante aceite do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

5. Resultados esperados

A pesquisa pretende contribuir para o avanço do debate acadêmico sobre a política de cotas raciais, especialmente no que se refere à pós-graduação lato sensu, ainda pouco explorada em estudos avaliativos.

Espera-se que a investigação produza evidências empíricas sobre os efeitos da política de cotas raciais na vida dos egressos beneficiários dessa política. A análise das experiências e percepções dos participantes poderá contribuir para identificar oportunidades, desafios e impactos associados ao acesso à pós-graduação por meio das ações afirmativas.

Além disso, os resultados da pesquisa poderão oferecer subsídios para o aperfeiçoamento das políticas públicas que contribuem com a promoção da igualdade racial e de oportunidades.

6. Referências

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm. Acesso em: 14 set. 2025.
- BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 14 set. 2025.
- BRASIL. Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023. Altera a Lei nº 12.711/2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14723.htm. Acesso em: 14 set. 2025.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 186. Relator: Min. Joaquim Barbosa. Julgado em 26 abr. 2012.
- FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. 2. ed. rev. São Paulo: Global, 2007.
- GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GOLDENBERG, Mirian. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais*. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.
- MACHADO, Elielma Ayres. *Ação afirmativa, reserva de vagas e cotas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2002-2012)*. Rio de Janeiro: FLACSO; UERJ; LPP, 2013.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 17, n. 3, p. 621-626, 2012.
- RIO DE JANEIRO (Estado). Lei nº 6.914, de 6 de novembro de 2014. Dispõe sobre sistema de ingresso nos cursos de pós-graduação nas universidades públicas estaduais.